

Luane Bento dos Santos

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

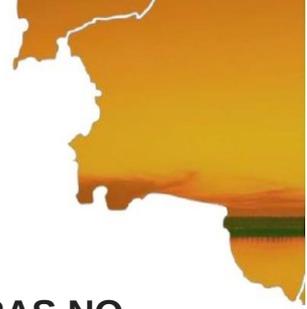
Grupo de Trabalho

GT: Ensino de Sociologia e a Lei 10.639/2003: 20 anos de debates sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

“O lixo vai falar e numa boa!”: intelectuais negras no ensino de sociologia da Educação Básica

Belém, Pará

2023



O LIXO VAI FALAR E NUMA BOA!": INTELLECTUAIS NEGRAS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Luane Bento dos Santos ¹

RESUMO

No célebre texto “Racismo e sexismo na sociedade brasileira” de Lélia Gonzalez (1984) a intelectual negra ironizou, bem como descortinou a objetificação branca sobre a cultura e corporeidade da população negra. Ao trazer a afirmativa que “o lixo vai falar e numa boa” a autora utilizou de tom jocoso, como de uma proposta de autoafirmação de uma intelectualidade negra emergente numa academia que vivia o período pós-ditatorial. Apesar do lugar de subordinação destinado à população na sociedade brasileira (posição quase intransponível na estrutura social devido ao racismo), Lélia tratou de questões sociais a partir de um ponto de vista negro. Cabe mencionar que a socióloga apresentou o referido texto no evento da ANPOCS. Neste contexto, poucas eram as vozes que refutaram o discurso de relações raciais harmoniosas e que o Brasil era um paraíso racial. Certamente, os trabalhos produzidos pelo Projeto Unesco foram os primeiros passos para descortinar a dureza das relações raciais brasileiras. No entanto, o pioneirismo de intelectuais negros no campo não tiveram o devido reconhecimento no espaço acadêmico. Este trabalho apresenta um breve relato de experiência docente no contexto da disciplina sociologia da Educação Básica. Neste sentido, descreve como inserimos a Lei 10.639/03 no currículo escolar. Nossa intenção é mostrar como o pensamento intelectual de mulheres negras é abordado nas aulas. O referencial teórico é apoiado em estudos da Educação para as Relações Étnico-raciais, Feminismo Negro e Ensino de Sociologia.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia, Educação, Relações raciais, Feminismo negro, Intelectuais negras.

INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira as imagens, narrativas e os pensamentos que circulam sobre as populações racializadas, especialmente as negras e indígenas são ideias que perpetuam o racismo. Estão atreladas ao paradigma da colonialidade² como menciona Aníbal Quijano (2005). Sem dúvidas, são heranças de um período histórico muito recente que foi a escravização das populações africanas através do tráfico humano e a expropriação dos territórios indígenas nas Américas. Fenômeno que ocorreu sistematicamente durante o período

¹Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC, luanebentosantos@gmail.com. Docente de Sociologia da Educação Básica. Pesquisadora de Relações Raciais. Colaboradora no Projeto de extensão Olimpíadas de Sociologia da UFRJ.

² De acordo com Nelson Maldonado-Torres (2020, p. 36), “ a colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais. A descoberta do “Novo Mundo” e as formas de escravidão que imediatamente resultaram daqueles acontecimentos são alguns dos eventos-chave que serviram com fundação da colonialidade. Outra maneira de se referir à colonialidade é pelo uso dos termos modernidade/colonialidade, uma forma mais completa de se dirigir também à modernidade ocidental”.



conhecido como colonial. Como legado desse período nevasto de nossa história, na atualidade, temos de maneira recorrente o genocídio das populações nativas brasileiras e negras. Em nosso território, vivemos uma política de morte iminente sobre nossos corpos afro-indígenas. Política esta provocada pelo evento do racismo. Para Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2020) no mundo contemporâneo:

Tão crucial é o racismo como princípio constitutivo, que ele estabelece uma linha divisória entre aqueles que têm o direito de viver e os que não têm, haja vista o conflito entre forças do Estado e populações negras periféricas das grandes cidades brasileiras, expresso no que tem sido nomeado como genocídio da juventude negra. O racismo também será um princípio organizador daqueles que podem formular um conhecimento científico legítimo e daqueles que não podem (p. 11).

Nós pessoas negras vivemos sob a égide da colonialidade e do racismo, estamos subjugados a um sistema de poder e dominação que nos controla e recorrentemente perpetra sobre nossos corpos formas de violência física, simbólica, psicológica, sexual, moral e patrimonial. A liderança quilombola, Antônio Bispo dos Santos (2016), argumenta que as formas de violência perpetradas pelo Estado e pelas grandes corporações capitalistas contra a população negra, quilombola e as comunidades tradicionais não estão muito distantes das violências cometidas pelos colonizadores no passado:

Meu objetivo foi, portanto, refletir de maneira resolutiva sobre a seguinte questão: qual a diferença entre o ataque dos colonizadores contra o Quilombo de Palmares no século XVII e os atuais ataques praticados pelo grande capital contra as comunidades atingidas pelos megaprojetos, dito “empreendimentos”, como, por exemplo, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (SANTOS, 2016, p.21).

Além do contexto de ações violentas executadas pelo Estado brasileiro e pelos grupos dominantes é preciso salientar que no imaginário social ainda existem concepções que distorcem o protagonismo e participação da população negra e africana na construção social, cultural, política e econômica da sociedade brasileira. No entanto, esse tipo de problema não se encerra apenas em nosso país, na realidade, a questão racial e as tribulações decorrentes dela são problemas de ordem transnacional como argumentava o sociólogo estadunidense W. E Du Bois (1868-1953) no século XX. De tal modo, que podemos nos apoiar nos estudos produzidos por feministas negras estadunidenses como a socióloga Patricia Collins (2019), tendo como objetivo abordar os estigmas, estereótipos, discriminações e outras formas de desigualdades e preconceitos que atravessam a vida e cotidiano de mulheres negras na diáspora e fora dela. Em seu texto “*Mammies, matriarcas e outras imagens de controle*”, Patricia Collins (2019), nos diz que na sociedade americana é disseminado e propagado imagens de controle sobre as mulheres negras. Essas imagens de controle interferem no



aperfeiçoamento de políticas públicas e sociais do Estado para a população negra, principalmente para as mulheres negras que na maioria das vezes chefiam seus lares sozinhas.

As imagens de controle corroboram na construção de falsos mitos, hipóteses sobre os desejos e ações das mulheres negras e, sobretudo, não reconhecem que há limites e obstáculos sociais que mantêm as mulheres negras em situação de vulnerabilidade social. Elas também contribuem na objetificação e coisificação das mulheres negras na sociedade. Collins (2019) explica os mecanismo e razões pelas quais foram criadas as imagens de controle:

As mulheres negras saíram da escravidão firmemente sacramentadas na consciência estadunidense branca como a “*mammy*” e a “negra má”, afirma Cheryl Gilkes. A ideologia dominante estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras. Além disso, como negras e brancas eram importantes para que a escravidão continuasse, as imagens de controle da condição de mulher negra também funcionam para mascarar relações sociais que afetam todas as mulheres (p. 140).

No texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, Lélia Gonzalez, nos fala acerca das tipologias estigmatizantes, estereotipadas e preconceituosas sobre as mulheres negras no imaginário social. Gonzalez afirma que na sociedade brasileira existem três noções sociais bastante frequentes em relação às mulheres negras, são elas: mãe preta, mulata e doméstica. De acordo com Gonzalez, as noções sobre os lugares que mulheres negras ocupam na sociedade brasileira funcionam, de certa maneira, como obstáculos no que se refere à mobilidade social da população negra. Ou seja, essas noções fortalecem discursos e práticas discriminatórias que justificam a falta de políticas afirmativas e de reconhecimento das desigualdades sociais e raciais. Desta maneira, impedem as mulheres negras de ocupar outras posições na estrutura social. Por essa razão, ao tratar dessas noções em seu texto, a autora afirma para o público branco acadêmico da época que ela e seus companheiros não estão situados nos lugares reservados, de modo geral, à população negra. Em seu artigo, a autora comenta:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, [1984], 2020, p.224).

Neste sentido, para as mulheres negras na sociedade brasileira os lugares e espaços que lhe são atribuídos são sempre o de subserviência, de pouco status social, de menor ganhos



salariais e poder político. Sobretudo, na mentalidade colonial e racista da sociedade brasileira as mulheres negras devem sempre estar dispostas a satisfazerem os desejos, vontades e devaneios da elite branca. Principalmente os desejos e mimos dos homens brancos.

Dito isto, argumentamos que o objetivo deste trabalho é apresentar um breve relato de experiência docente na Educação Básica ministrando a disciplina Sociologia. O texto tem como proposta descrever por quais meios e atividades estamos aplicando a legislação federal de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo da Sociologia. Nossa proposta é apresentar como o pensamento intelectual e o ativismo político de mulheres negras são abordados em nossas aulas, ou seja, em nossa prática educativa. O referencial teórico do trabalho está baseado nos estudos do campo da Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), Feminismo Negro e Ensino de Sociologia. Os métodos e técnicas de pesquisa utilizados foram: revisão de literatura, levantamento bibliográfico, observação participante (visto que ministramos os conteúdos, anotamos os resultados e pensamos no aperfeiçoamento das atividades a partir dos debates gerados) e aplicação de questionários e coleta de outras formas de registros escritos pelos discentes. Para resguardar os estudantes os nomes usados são fictícios.

O trabalho está organizado do seguinte modo, na primeira parte é abordado a problemática das subjugações em relação às mulheres negras no ambiente acadêmico e sociedade brasileira. Na segunda parte, apresentamos as técnicas e métodos utilizados para a composição da atividade em sala de aula. Na terceira parte, analisamos a tradição curricular hegemônica branca do campo das Ciências Sociais. Na quarta parte, descrevemos as atividades realizadas no contexto escolar. Por fim, as considerações finais.

II. CIÊNCIAS SOCIAIS E A FORMAÇÃO “TRADICIONAL” BRANCA

Nas Ciências Sociais, as desigualdades sociais e raciais têm um longo histórico de debates e estudos no campo, dito de outro modo, existe uma tradição nas disciplinas como Sociologia e Antropologia em estudar tais temáticas. O cientista social Pedro Chadarevian (2011, p. 283) menciona que no Brasil “*os cientistas sociais são unânimes em constatar a existência de desigualdades raciais*”. Contudo, a socióloga Andrea Lopes (2022) e o antropólogo Messias Basques (2019) observam que apesar do reconhecimento das desigualdades raciais, das discriminações raciais, dos racismos e dos preconceitos raciais em nosso contexto social ainda existe um descompasso do campo da Sociologia e Antropologia em incluírem as pesquisas de cientistas sociais negros. Este descompasso ilustra o tamanho da



tragédia racial que vivemos em nosso país. Apesar do reconhecimento majoritário das áreas acerca das desigualdades e práticas de discriminações raciais na sociedade brasileira, as disciplinas que compõem o campo conhecido como Ciências Sociais ainda tardam na legitimação do saber, fazer, conhecer, dos estudos e das pesquisas realizadas por intelectuais negras e negros sobre a questão racial no país e no mundo. Nomes como o de Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), Virgínia Bicudo (1910-2003), Clóvis Moura (1925-2003), Abdias Nascimento (1914-2011), Manuel Querino (1851-1923), Edison Carneiro (1912-1972) dentre outros ainda são referenciados por ativistas, intelectuais negros e antirracistas que estão comprometidos com a questão racial. De fato, as obras desses intelectuais, evocados politicamente, não constam na mesma medida que constam as de intelectuais brancos e brancas nas ementas e currículos obrigatórios dos nossos cursos de graduação em Ciências Sociais.

Um bom exemplo dessa questão é a invisibilidade dada à trajetória de W. E Dubois, já mencionado aqui. O sociólogo negro e estadunidense é um dos fundadores da escola de sociologia nos Estados Unidos da América (SILVEIRO, 2020). Dubois foi um intelectual negro que combateu veemente o racismo científico de sua época, ele não acreditava no paradigma da inferioridade racial predominante na academia daquele período. Para o sociólogo a categoria raça era uma produção histórica. O sociólogo trabalhou em seus textos com a ideia de uma sociologia empírica afastada da metafísica. Dubois é descrito por cientistas sociais como um intelectual de sua época, um homem cosmopolita. Dubois viajou para diversos países e a partir dessa experiência compreendeu que a questão racial era um fenômeno transnacional. Em seus texto argumentou que o sujeito racializado vivenciava uma dupla consciência: ser negro e ser americano. Apesar de toda sua colaboração no campo, o intelectual não teve o devido reconhecimento pelos pares. O racismo institucional não permitiu maiores espaços para a obra de W. E. Dubois no meio acadêmico, principalmente na Sociologia Norte-americana da qual foi um dos fundadores.

Outro dado “ausente”, isto é, não tratado com o devido reconhecimento no campo se dá em torno da participação ativa dos antropólogos negros que produziram pesquisas durante a constituição da disciplina Antropologia ao longo do século XX (BASQUES, 2019). Como podemos perceber a formação nas Ciências Sociais prioriza os estudos e protagonismo intelectual de homens, brancos, cristão, heterossexuais e pertencentes às classes médias ou altas da sociedade. Basta lembrar que a intelectual negra, Virgínia Bicudo, realizou uma proeminente pesquisa sobre a Frente Negra Brasileira. Seu estudo revelou a importância da variável cor na produção das desigualdades sociais em um contexto acadêmico em que

prevalecia a máxima de que a desigualdade entre as classes se sobrepunha a qualquer outra forma de desigualdade social.

Isabela Ligeiro e José Eustáquio de Brito (2021) investigaram como professores de sociologia, da Região Metropolitana de Belo Horizonte, trabalham temas recomendados pela Lei federal 10.639/2003 e assim, contribuem para uma educação mais democrática. A partir de entrevistas com os docentes de sociologia, os pesquisadores perceberam que as instituições públicas universitárias mineiras que formaram os docentes não forneceram disciplinas para uma educação das relações étnico-raciais. De acordo com os autores:

Ao analisar os dados da pesquisa acerca da formação inicial, defrontamo-nos com um desafio para a implementação das diretrizes da Lei 10639/03. A falta de formação e informação dos professores a respeito da lei e de literatura sobre a temática étnico-racial dificulta a implementação de uma educação antirracista. Nenhum dos entrevistados, todos formados em universidades federais, tiveram formação sobre essa lei e suas implicações na graduação. Isso é um reflexo de como nossas universidades ainda são elitizadas e reproduzem o racismo institucional e estrutural (LIGEIRO; BRITO, 2021, p.21).

Cabe salientar que o fenômeno de formação docente em sociologia sem priorizar uma educação das relações étnico-raciais não está restrito somente às universidades estaduais e federais mineiras, conforme identificou o estudo de Ligeiro e Brito (2021). O levantamento bibliográfico e a revisão de literatura mostraram que a pauta da aplicação da Lei federal tem sido uma iniciativa individual de muitos docentes comprometidos e não um tema fartamente encontrado nos currículos de graduação e pós-graduação do campo das Ciências Sociais (ARAÚJO, PEREIRA, 2021; LIGEIRO, BRITO, 2021. Messias Basques (2019) chama atenção para a falta de literatura escrita por autores negros nos currículos obrigatórios dos cursos de Ciências Sociais:

Insatisfeitos com a falta de políticas de diversidade e de empenho institucional para a criação de currículos antirracistas, os estudantes negros e negras do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito, no campus de Vitória, reuniram-se, no mês de outubro de 2017, e encaminharam uma carta ao Departamento de Ciências Sociais, exigindo que os docentes passassem a incluir, em todas as ementas, ao menos dois autores negros/as. Após 15 anos na área, tendo sido estudante e docente em diferentes instituições de ensino superior, foi apenas em virtude da demanda daqueles estudantes negros e negras que me dei conta da gravidade do processo de (de)formação acadêmica e intelectual a que estamos submetidos e ao qual submetemos os nossos estudantes. A carta serviu de estímulo para o oferecimento de uma disciplina, intitulada “Branco sai, Preto fica: uma introdução à antropologia de autores negros/as”, no primeiro semestre de 2019 (BASQUES, 2019, p.104).

Maria Clara Araújo e Bruno Pereira (2021) em pesquisa minuciosa sobre os programas da disciplina Sociologia Brasileira do Instituto de Ciências Sociais da UNB, com o recorte temporal entre 2014-2020, constataram que:

Tem-se um conjunto de informações que demonstram uma enorme disparidade na presença de intelectuais negras e negros nos programas das universidades, em específico na disciplina Sociologia Brasileira na Universidade de Brasília. Essa presença é ínfima em relação à presença de autores e autoras brancas, chamado ainda atenção a presença de autores brancos em relação à presença de mulheres negras. Os autores brancos aparecem 324 vezes nos programas de Sociologia Brasileira, e as intelectuais negras aparecem 3 vezes nos programas da disciplina [...] Os resultados apresentados demonstram que a narrativa preponderante em Sociologia Brasileira – disciplina que trata do Brasil, país que possui mais da metade de sua população autoidentificada como negra (IBGE, 2020) – é branca e masculina (ARAÚJO, PEREIRA, 2021, pp. 10-11).

Em concordância com os argumentos Basques (2019), Brito e Ligeiro (2021), Araújo e Pereira (2021) notamos que o currículo e a formação no campo das Ciências Sociais está apoiados numa hegemonia branca, masculina, europeia, classista e que impede outras vozes de dialogar e contribuir com suas reflexões e com outros paradigmas. Importante ressaltar que não se trata apenas do currículo no que se refere à esfera acadêmica essa problemática atravessa os muros da universidade e interfere nos conteúdos, práticas e abordagens que são e serão realizadas na Educação Básica como sinalizam Brito e Ligeiro (2021) e Araújo e Pereira (2021). Pois, a falta de debate, leituras, reflexões de uma educação para as relações étnico-raciais e outras recomendações da legislação federal 11.645/2008 na formação dos docentes de Sociologia para o ensino médio, ocasiona uma prática pedagógica que reitera os valores hegemônicos. Além disso, coloca direta e indiretamente para os estudantes que somente um tipo de humano – branco, macho, heterossexual, cristão – está autorizado a falar e outros humanos não. Como chama atenção a intelectual Grada Kilomba (2019) no texto “Quem pode falar?”, quem aparece nas aulas como autor, produtor de ciência e quem aparece como objeto?

Lélia Gonzalez ([1979], 2020), comenta que a instituição escolar compactua e reproduz as práticas de racismo e (de)formação étnico-racial. A pesquisadora observa que o espaço escolar adoce crianças negras. Ela afirma que as pessoas negras que finalizam sua escolarização saem sem se reconhecerem como negras e buscam de todo modo esconder ou camuflar símbolos e quaisquer características que remetam a sua identidade racial

O sistema de ensino destila em termos de racismo: livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula e nos momentos de recreação apontam para um processo de lavagem cerebral de tal ordem que a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao ensino superior já não se reconhece mais como negra (GONZALEZ, [1979], 2020, p. 39).

Mediante a esse contexto social e espacial é importante que haja no universo escolar a execução de ações políticas e pedagógicas que visem combater as práticas de racismo, sexismo, machismo, intolerância religiosa dentre outras formas de opressões como orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a aplicação da Lei 10.639/2003:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender para a reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para a eliminação das discriminações e para a emancipação dos grupos discriminados (BRASIL, 2004, pp. 14-15).

Pelas questões enunciadas até o momento, compreendemos que nossa prática pedagógica procura priorizar os indicativos elencados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como das recomendações contidas nas bibliográficas do campo da Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER). Enquanto docente de Sociologia, mulher negra, moradora da Zona Norte da cidade do Rio Janeiro, temos buscado exercer um fazer educativo que proporcione para os estudantes problematizações acerca das relações étnico-raciais brasileiras, bem como apresente o protagonismo de mulheres e homens afrodescendentes e africanos na sociedade brasileira. Dizemos para os estudantes que a agência das pessoas negras não foi encerrada com o fim da escravização, pelo contrário, colocamos para eles como a população negra em várias esferas da sociedade luta e lutou por condições de vida digna e para a construção de uma sociedade mais democrática e equitativa.

Na próxima seção, abordaremos uma das atividades pedagógicas realizadas ao longo dos dez anos de atuação como docente da SEEDUC-RJ. Explicamos que nossa escrita tomará um caráter mais descritivo e trará trechos de anotações das aulas, fragmentos de trabalhos e relato dos discentes a respeito das atividades. Apesar de nosso serviço corresponder a dez anos, neste trabalho, por questões de espaço, discorreremos sobre a aplicação da atividade durante o ano de 2022.

III “O LIXO VAI FALAR E NUMA BOA!”: REPENSANDO O ATIVISMO DE MULHERES NEGRAS NAS AULAS DE SOCIOLOGIA

Patricia Collins (2019), considera que os modos de atuação política das mulheres negras não podem ser vistos a partir da perspectiva dos modelos tradicionais de ativismo político. Para a socióloga, o ativismo político das mulheres negras não está presente nos espaços tradicionais de militância:

As perspectivas mais populares sobre o ativismo político negro costumam ignorar que a luta pela sobrevivência do grupo é tão importante quanto os confrontos com o poder institucional. As definições mais comuns de resistência e ativismo político não compreendem o sentido desses conceitos no dia a dia das mulheres negras. A pesquisa em ciências sociais costuma se concentrar nas atividades políticas públicas,

oficiais, ou visíveis, ainda que esferas não oficiais, privadas e supostamente invisíveis da vida e da organização social sejam igualmente importantes. Por exemplo, algumas abordagens classistas veem os sindicatos e partidos políticos – duas formas de ativismo político tradicionalmente dominadas por homens brancos – como mecanismos fundamentais para o ativismo da classe trabalhadora. As afro-americanas foram historicamente excluídas dessas arenas, e isso privou essas abordagens de uma análise teórica dos protestos de classe das mulheres negras (p. 330).

De acordo com a intelectual, as mulheres negras exercem modos distintos de militância. Muitas vezes considerados silenciosos e fora dos espaços tradicionais do fazer político. Para Collins, a luta pela sobrevivência é uma das principais formas de ativismo político das mulheres negras e ela não vai ser encontrada nos partidos políticos e sindicatos:

Historicamente, a resistência dos afro-americanos à opressão racial e de classe teria sido impossível sem a luta pela sobrevivência do grupo [...] Sem essa parte central do ativismo das mulheres negras, não seria possível sustentar a luta pela transformação das instituições educacionais, econômicas e políticas dos Estados Unidos. (p.329-330).

Lélia Gonzalez ([1979], 2020, p. 40) também reforça essa perspectiva ao explicar que as mulheres negras foram o sustento econômico e moral da comunidade negra ao longo da história do Brasil *“No período que imediatamente sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família.*

É preciso compreender que sem o trabalho e as formas de organizações criadas pelas mulheres negras parte do patrimônio cultural afro-brasileiro que conhecemos e usufruirmos seriam inexistentes, um bom exemplo são as casas de candomblé de tradição Ketu da Bahia. Casas de Santo lideradas por nomes que marcaram a história do Brasil, como: Mãe Aninha de Xangô (1869-1938), Mãe Menininha do Gantois (1894-1986), Olga de Alaketu (1925-2005), Mãe Stella de Oxóssi (1925-2018) dentre outras.

Ao olharmos para a história do Brasil e nos perguntamos sobre quais papéis sociais as mulheres negras exerceram na sociedade, perceberemos que não podemos e devemos limitá-las a partir de um escopo dado pelos padrões epistêmicos da colonialidade e do racismo. Na realidade, é uma medida urgente nos afastarmos das imagens de controle e das três noções de mulheres negras que circulam na realidade social, cultural e política brasileira (COLLINS, 2019; GONZALEZ, [1984], 2020). Dito de outro modo, é preciso reivindicar, passar a conhecer e disseminar discursos de que as mulheres negras têm um histórico de lutas políticas, de processos de resistências e sobrevivências ao sistema colonial e pós-colonial.

Sendo assim, não precisam e não devem ser circunscritas no vazio epistêmico da “Outridade” (KILOMBA, 2019). Pois o outro pode ser tudo como também pode ser o nada.

Devemos romper com as narrativas que as situam como sendo inábeis, incapazes, criminosas, feias, exóticas, amaldiçoadas, brutas, irracionais, não-civilizadas, subservientes, hiperssexualizadas, malucas dentre outras palavras que denotam sentidos pejorativos. Neste sentido, encarar o nosso racismo e superá-lo. A Educação é um dos caminhos para a construção de outro imaginário social, ela é primordial para a compreensão dos direitos e dos deveres sociais, ou seja, para o pleno exercício da cidadania. Ora, os movimentos negros brasileiros têm um histórico abrangente de reivindicações pelo direito a educação e pela inserção da história e cultura afrodescendente no sistema de ensino.

Como dizemos, apresentar essas histórias, trajetórias educacionais e políticas é um dos caminhos que temos adotado para aplicar a Lei 11.645/2008 no currículo de sociologia. Uma das atividades criada para abordar a proeminência das mulheres negras na sociedade brasileira é a atividade **“Participação política feminina negra e indígena”**.

A atividade ocorre desde o ano de 2017 e foi realizada em mais de três escolas em que trabalhamos no município de São Gonçalo(RJ), no bairro do Alcântara. As escolas que ministramos a atividade foram: Colégio Estadual Pandiá Calógeras, CIEP 309 Zuzu Angel e Colégio Dr. Adino Xavier. Ela sempre é realizada com turmas do segundo ano do ensino médio regular. A atividade costuma ser proposta no primeiro bimestre escolar. Geralmente, neste momento, os alunos dessa série estudam temas relativos aos movimentos sociais, organizações políticas, direitos sociais, direitos civis, direitos políticos, direitos humanos e cidadania. Neste contexto, chama a atenção que as obras didáticas referentes ao período de 2016 a 2018, distribuídas pelo Plano Nacional do Livro Didático/PNLD (essas obras foram utilizadas até 2022 devido ao período pandêmico) e nas quais tivemos acesso tratem de maneira muito breve da temática do feminismo negro, dos movimentos de mulheres negras e das análises sociológicas, antropológicas e políticas das autoras negras.

As obras que acessamos foram: Sociologia em Movimento de Silva, et.al (Moderna, 2ª ed., 2016) e Sociologia para Jovens e Adultos do Século de Oliveira e Costa (Imperial Novo Milênio - 4ª ed., 2016). Nessas obras a questão racial aparece como um fenômeno social que necessita de políticas de ações afirmativas para serem combatidos. O problema racial é apresentado como um capítulo dentro do debate de formação da sociedade brasileira. Contudo, ao longo das obras não vemos a inserção de uma intelectualidade negra para debater outras temáticas. Autoras como Lélia Gonzalez e Angela Davis são mencionadas apenas para tratar a respeito do feminismo negro e das condições de vida das mulheres negras. No entanto,

suas análises ficam restritas aos capítulos que se propõem a debater as questões de gênero, feminismo e interseccionalidade. Em outros capítulos não são evocadas com suas teorias.

De fato, como considera a socióloga Julia Maçaira (2021) há uma escassez de trabalhos no campo de ensino de sociologia e nas áreas afins que se dedicaram na análise dos conteúdos presentes nas obras didáticas *“A despeito do volume crescente da produção recente nos programas de pós-graduação stricto sensu, os estudos sobre os livros didáticos ainda são incipientes e não privilegiam a questão da recontextualização pedagógica da disciplina e nem da comparação com outros países”* (MAÇAIRA, 2021, p. 3).

Este é mais um dos aspectos que explica o pouco espaço dado ao pensamento intelectual de pessoas negras nas obras didáticas. Pensamos que seja insatisfatório as pouquíssimas descrições que estão contidas nesses materiais acerca das mobilizações políticas das populações negras e indígenas para obter direitos que assegurem o tratamento equitativo e que encaminhem para a consolidação de uma sociedade cada vez mais democrática. Notamos a ausência das nossas teorias negras e indígenas nestes materiais didáticos para explicar a organização da sociedade capitalista, a racionalidade do mundo ocidental, as relações de poder, as relações de trabalho e tantas outras temáticas.

Em nosso levantamento bibliográfico, encontramos poucos trabalhos no campo de ensino de sociologia que analisaram a partir de um ponto de vista interseccional as questões de raça e gênero nas obras didáticas. Por questões de espaço não descreveremos cada estudo, apenas citaremos autores e ano de publicação: Marcia Pereira (2019); Anabelle Lages, Fabiana Gomes e Caio Tavares (2022). Cabe salientar que o nosso objetivo neste artigo não é realizar uma análise rigorosa das obras didáticas que usamos em nossa prática docente. Na realidade, temos como foco mostrar para o leitor como o uso desses materiais tornam-se restritos para inserir a temática do ativismo político e da produção intelectual das mulheres negras e indígenas.

Devido a escassez nas narrativas oficiais (obras didáticas e currículo mínimo de Sociologia) sobre a ação política das mulheres negras e indígenas, elaboramos a atividade outrora mencionada. Solicitamos para os estudantes do segundo ano que colem alguns dados sobre mulheres negras e indígenas. Pedimos que pesquisem os seguintes dados: 1) Nomes, ano de fundação e principais pautas das Organizações Não Governamentais (ONGs) de Mulheres Negras e Indígenas; 2) Sites voltados para a valorização e divulgação das pautas políticas das mulheres negras e indígenas; 3) Quantidade de candidatas autodeclaradas negras e indígenas eleitas para os cargos de deputadas estaduais, deputadas federais, senadoras,

prefeitas e governadoras nos estados brasileiros; 4) Documentários, curta e longa-metragens que abordam as questões das mulheres negras e indígenas.

Dividimos a turma em grupos de no mínimo três alunos e no máximo cinco alunos. Ao final da pesquisa solicitamos que os dados pesquisados sejam entregues num trabalho escrito que pode ser apresentado em folha A4, ofício ou folha de papel pautado. Em alguns momentos, pedimos que façam cartazes das ONGS e dos movimentos de mulheres negras. Como resultado, os estudantes ressaltam a importância de acessarem as informações até então desconhecidas ou pouco mencionadas no ambiente escolar, em suas famílias e nos veículos de informação. As percepções dos alunos são expostas na parte do trabalho escrito em que orientamos que respondam individualmente a pergunta “O que mais lhe chamou atenção fazendo a pesquisa?”. Este tipo de pergunta nos ajuda a aperfeiçoar a atividade e a saber quais outras informações podem ser adicionadas ou subtraídas na formulação do trabalho. Desde 2017, as respostas à pergunta mencionada acima seguem demonstrado que a temática do ativismo e intelectualidade negra e indígena é um tema quase inexistente na instituição escolar.

Como dissemos, neste texto, apresentaremos trechos das atividades que foram realizadas no ano de 2022, num Colégio Estadual localizado no bairro de Irajá (Zona Norte do Rio de Janeiro). A escola tem cerca de 1.200 alunos no turno da manhã, 800 alunos no turno da tarde e 200 alunos no turno da noite. Em 2022, trabalhávamos na escola no turno matutino e noturno com as turmas do ensino médio regular. Cabe ainda argumentar que o bairro de Irajá tem uma expressiva população negra e é vizinho do bairro de Madureira onde há diversas manifestações culturais afrodiáspóricas, como: Escolas de Samba, Samba de Roda, Jongo, Baile Charmes. Além desse ponto, é importante destacar que os estudantes para quem lecionamos ficaram dois anos em casa estudando pelo ensino online devido a pandemia de Covid-19. A maioria delas e deles tiveram contato presencial com uma docente da disciplina Sociologia no ano de 2022. Anteriormente o estudo da disciplina ocorria através das apostilas confeccionadas pela SEEDUC-RJ, por vídeos disponíveis na plataforma Google Classroom e em relação aos docentes havia apenas as instruções por meio do site de quais exercícios e textos deveriam ser lidos e feitos. Dessa maneira, os debates acerca das questões de gênero e raça que costumamos fazer em nossas aulas ficaram, de certo modo, muito aquém do nosso desejo durante o isolamento social. Nossas atividades só foram retomadas com maior fôlego e trocas entre a docente e os estudantes no ano de 2022.

Assim, trazemos fragmentos das respostas dos estudantes acerca da atividade proposta. Os responderam a pergunta motivadora: O que lhe mais lhe chamou atenção fazendo o trabalho? O estudante Weber respondeu que:

Ao pesquisar sobre as ONGS o que mais me chamou atenção foi a força de vontade e o intuito de ajudar as outras mulheres para se inserirem na sociedade. O trabalho social de Mãe Beata de Iemanjá com pessoas soropositivas, além da sua representatividade religiosa me chamaram atenção (Estudante Weber, turma 2009, março de 2022).

É interessante o destaque do estudante para a questão do trabalho social da Ialorixá Beata de Iemanjá com pessoas portadoras de HIV. Sabemos que apesar de todos os avanços científicos para o tratamento da condição de saúde dos portadores do vírus o tema ainda é motivo para práticas de discriminação e em nossa percepção é uma temática bastante ausente no contexto escolar. Ademais, a partir da pesquisa o estudante teve a oportunidade de saber que dentro dos Terreiros de Candomblé há diversas formas de trabalhos sociais e que as mulheres negras de religião de matriz africana participam de várias formas de lutas por melhores condições de vida para a população.

Outro relato selecionado é o da estudante Débora a respeito dos interesses que a atividade despertou. De acordo com Débora, a pesquisa a fez refletir sobre os obstáculos que mulheres negras indígenas enfrentam na sociedade brasileira.

Esse foi um dos trabalhos mais interessantes que eu fiz, prendeu bastante a minha atenção e me fez querer saber e pesquisar mais sobre a luta das mulheres pretas e das mulheres indígenas. Mas, infelizmente, é muito triste ter noção de todas as dificuldades que elas passam (Estudante Débora, 2007, março de 2022).

De modo geral, os dois livros didáticos mencionados aqui abordam sobre os efeitos das discriminações de raça, gênero e classe que atravessam as mulheres negras e indígenas na sociedade brasileira. Mas como ressaltamos a agência dessas mulheres é tratada de maneira breve nas obras. Outrossim, as análises críticas produzidas pelas intelectuais desses grupos não aparecem fartamente nos livros mencionados. Por essa razão, os trabalhos de pesquisas que proporcionam que os estudantes investiguem mais dados a respeito da temática oportuniza um estranhamento sobre a realidade social, assim como um senso crítico em torno das questões raciais e de gênero.

A Marcha das Mulheres Negras em Brasília no ano de 2015 foi uma das formas de manifestação social que mais apareceu nas respostas dos grupos. A discente Késia também a mencionou como uma ação política importante.

O que me chamou atenção foi a Marcha das Mulheres Negras em Brasília, a coragem de todas as mulheres que estavam no local, mesmo com os grupos de pró-intervenção ameaçando-nas, elas não deixaram com que isso as impedissem de se reunirem com a presidenta Dilma. Isso só demonstra a coragem e o poder que as

mulheres vêm conquistando. A luta das mulheres por poder continua se mostrando cada vez mais forte (Estudante Késia, 2007, março de 2022).

Se por um lado o protagonismo político e intelectual das mulheres negras está ausente no espaço escolar nos diversos eventos festivos e de reflexão. Por outro lado, com a realização da atividade, as estudantes tiveram a chance de saber mais sobre as formas de mobilizações femininas negras que ocorrem no país.

Muitas são as narrativas, percepções, indagações que a atividade sugerida provoca nas turmas. Conhecer trajetórias de mulheres negras no universo acadêmico e suas lutas políticas por melhores condições de vida, sobretudo, por direito à vida é uma das recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EREB (BRASIL, 2004). Nos últimos anos a pauta da Educação Antirracista tem ganhado espaço na mídia, grupos empresariais e em instituições de ensino. Entretanto, precisamos caminhar para que haja mudanças significativas em relação às imagens e narrativas acerca das mulheres negras e um dos caminhos para este intento é a aplicação da Lei federal 11.645/2008 nos setores de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi apresentar a atividade de pesquisa realizada com turmas do ensino médio regular, na disciplina Sociologia, com a temática do protagonismo político das mulheres negras e indígenas. Para este intento, tratamos das questões da colonialidade e do racismo institucional que estão presentes nos currículos universitários e na formação dos docentes de Sociologia/Ciências Sociais. Apresentamos o pensamento de intelectuais negras que tiveram suas obras reconhecidas e produziram críticas relevantes para o campo das Ciências Sociais e para os estudos das Relações Étnico-raciais. Outro dado pertinente a ser tratado é que ao invés de colocarmos as mulheres negras como grupo vulnerável, subordinado e sem agência em um movimento contrário procuramos revelar suas atuações para a construção de uma sociedade democrática.

Compreendemos que a disciplina Sociologia escolar surge em um contexto político e social marcado por uma perspectiva conservadora, de caráter elitista e fundamentada no positivismo do século XX. Contudo, com o processo gradativo de reintrodução da disciplina nos currículos escolares no final da década de 1980, os objetivos tomaram novos caminhos e as justificativas para seu retorno foram modificadas. Como trouxemos, o ensino da disciplina passa a ser associado a uma educação cidadã para todos e todas. Entretanto, no que se refere aos temas relativos à Lei federal 11.645/2008 é necessário que haja maiores debates e

investigações de como trazer as temáticas recomendadas para dentro dos currículos universitários, escolares e para os materiais didáticos de maneira fundamentada e articulada às concepções e teorias dos grupos racializados.

Queremos deixar explícito que o nosso objetivo foi apresentar a atividade como um dos muitos caminhos que temos adotados para tratar da agência de mulheres negras e indígenas. Entretanto, essa ação não significa que tenhamos a intenção de criar um parâmetro, um modelo de atividade para docentes de como aplicar a Lei e os temas relativos à sua prática pedagógica. Pelo contrário, nosso interesse é provocar o debate e questionar até quando nós docentes vamos continuar a manter a valorização do pensamento hegemônico, eurocêntrico sem questioná-los. Sem apresentar para nosso público estudantil que existem mais falas, outras formas de autoria e protagonismos políticos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Clara Pereira de; PEREIRA, Bruno Alves Dourado. Discutindo espaços: apontamentos sobre autoras/autores negras/os no ensino de Sociologia a partir da Universidade de Brasília. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**, Belém (PA), *Anais do 7 Encontro Nacional de Ensino de Sociologia da Educação Básica*, 2021, p. 1-17.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BRASIL. Lei no 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394. Lei de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.
- CHADAREVIAN, Pedro. Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 2 (122), p.283-304, abr/jun 2011.
- COLLINS, Patricia. **Pensamento feminista negro**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2019.
- COSTA, Andréa Lopes. Ações afirmativas e transformações no campo intelectual: uma reflexão. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 43, 2022.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo no cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LAGES, Annabelle. “O “lugar” do feminismo negro, decolonial, nos livros didáticos de Sociologia (PNLD 2018)”. **Revista Café com Sociologia**, v. 11, p.1-23, 2022.
- LIGEIRO, Isabela Rodrigues; BRITO, José Eustáquio de. Formação docente para as relações étnico-raciais: o que dizem professores de sociologia do ensino médio? **Revista Brasileira de Formação de Professores**, Belo Horizonte, v. 13, n. 27, p. 11-26, mai./ago. 2021 11. Disponível em <http://www.revformacaodocente.com.br>. Acesso: 22/04/2023

MAÇAIRA, Julia Polessa. As três gerações de livros didáticos de Sociologia no Brasil (1920-2016). **Em Aberto**, Brasília, v. 34, n. 111, p. 93-111, maio/ago. 2021.

PEREIRA, Márcia Menezes Thomaz. Gênero e currículo: olhares do feminismo negro e decolonial sobre um livro didático de Sociologia. **Em Tese**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 143-167, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Modos quilombolas. **Piseagrama**, Belo Horizonte, v. 9, p. 58-65, 2016.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Quem negro foi e quem negro é? Anotações para uma sociologia política transnacional. In: JOAZE, Bernadino-Costa; MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. pp. 269-285.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber – Eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clasco, 2005. p. 227-228.

,

